

ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEF EM ENTREVISTA NO PROGRAMA DO JÔ: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

ARGUMENTATION IN PRESIDENT DILMA ROUSSEF'S SPEECH IN INTERVIEW IN JÔ PROGRAM: A PROPOSAL FOR SEMANTIC-PRAGMATIC ANALYSIS

Andreza Carubelli Sapata¹

Resumo: *Argumentar, retoricamente, é a base do discurso político, uma vez que aqueles que se valem de tal discurso têm por objetivo primeiro o convencimento ou até mesmo a persuasão de seu eleitorado ou possíveis eleitores. Deste modo, o objetivo desse artigo é propor uma análise semântico-pragmática do discurso da presidente Dilma Roussef concedida ao entrevistador Jô Soares em seu programa noturno na Rede Globo, no dia 12 de junho de 2015, observando também os recursos sintáticos apresentados pelo texto em questão e os processos argumentativos utilizados pela presidente. É necessário ainda elucidar que, por se tratar de uma análise semântico-pragmática, serão levantados, como arcabouço teórico, conceitos da Semântica Argumentativa e da Análise da Conversação.*

Palavras-chave: *Argumentação; Semântica argumentativa; Análise da conversação.*

Abstract: *Arguing, rhetorically, is the basis of political discourse, since those who use such speech have for first objective, conceit or even persuasion of his constituency or potential voters. Thus, the aim of this paper is to propose a semantic-pragmatic analysis of president's speech Dilma Roussef granted to Jô Soares interviewer in his evening program at Globo, on June 12, 2015, also noting the syntactical resources provided by text question and argumentative processes used by the president. It is necessary to clarify that, because it is a semantic-pragmatic analysis, will be raised as a theoretical framework, concepts of the Semantic Argumentative and Conversation Analysis.*

Keywords: *Argumentation; Semantics argumentative; Conversation analysis;*

Introdução

Argumentar é a base do discurso político, uma vez que aqueles que se valem de tal discurso têm, por objetivo primeiro, o convencimento ou até mesmo a persuasão de seu eleitorado ou possíveis eleitores. Portanto saber utilizar ou mesmo ter consciência das técnicas de argumentação utilizadas em determinado discurso é um recurso fundamental para depreender os sentidos mais profundos que podem ser emanados de um texto, ultrapassando assim o limite de uma leitura superficial e adentrando a uma compreensão plena.

¹ Docente do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus Três Lagoas*. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus Três Lagoas* (UFMS – CPTL). Três Lagoas, Brasil, e-mail: andreza.sapata@ifms.edu.br

Para tanto, faz-se necessário, para compreender os processos argumentativos envolvidos em determinado texto, uma análise linguística integrada, em que níveis sintático, semântico e pragmático sejam interdependentes e, nessa relação, auxiliem um na construção/compreensão do outro. Assim, tanto estrutura quanto sentidos possíveis e contexto de uso da linguagem constituem um tripé para construção/compreensão do texto.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é propor uma análise semântico-pragmática do discurso da presidente Dilma Roussef concedida ao entrevistador Jô Soares em seu programa noturno na Rede Globo, no dia 12 de junho de 2015, observando também os recursos sintáticos apresentados pelo texto em questão e os processos argumentativos utilizados pela presidente.

Para delimitar ainda mais a análise, é preciso salientar que, nesse estudo, ao propor uma análise semântico-pragmática, pensa-se, enquanto semântica, em Semântica Argumentativa e, enquanto pragmática, em conceitos da Análise da Conversação.

A Semântica Argumentativa, ao trabalhar questões como classe e escala argumentativas e operadores argumentativos, mostra que a argumentação está nas marcas da língua, que orientam a determinadas conclusões.

Já a Análise da Conversação apresentará subsídio teórico para analisar uma situação/contexto real de uso da língua, intencionalidade e marcadores discursivos que ora introduzem o turno, ora atenuam a fala do falante, ora ainda orientam discursivamente.

1 Da retórica clássica à nova retórica

Os estudos sobre Retórica têm sua origem na Grécia Antiga e se destacam também em Roma, principalmente nas obras de Cícero.

A Retórica teve uma enorme importância na democracia ateniense, em que o saber falar, para persuadir e convencer, se torna essencial: nos tribunais, nas assembleias políticas, nas praças públicas, nos encontros sociais. A Retórica assume, assim, no seu início, "um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza da sua causa" (DUCROT e TODOROV, 1974: 99). Aquilo que se põe em primeiro plano, com a Retórica, é o que, desde Austin (1962), chamamos a "performatividade" da linguagem, pois a argumentação é um ato ilocucionário e a persuasão pode ser comparada a um ato perlocucionário.

De "técnica de persuasão", a Retórica transforma-se, com Aristóteles, num corpo de conhecimentos, categorias e regras que, quem quiser bem falar e convencer, deve aplicar ao discurso. Segundo Aristóteles (de cuja concepção indicaremos apenas algumas linhas

essenciais), a Retórica visa descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório; o seu objeto é o "verossímil" ou "provável".

Posteriormente, e num processo que se estende até ao século XIX (século que marca o seu desaparecimento como disciplina escolar), a Retórica vai perdendo influência e reduzindo o seu campo, sofrendo as seguintes modificações: perde o seu objetivo pragmático imediato, deixando de ensinar como persuadir para passar a ensinar como fazer "belos discursos", o que causou um grande período de esquecimento da Retórica, pois esta se reduziu ao simples inventário de figuras de linguagem.

Ainda em nosso século, a Retórica é apresentada como inventário de figuras de linguagem em Manuais de Gramáticas, sendo entendida como oratória, ou seja, a arte de bem falar em público, reduzindo-se a discursos políticos, jurídicos e de homenagens públicas.

A Linguística, por algum tempo, também se afastou dos estudos da retórica e da argumentação, visto que essas duas matérias de estudos ultrapassavam os limites da frase.

Os trabalhos de Perelman deram um novo impulso aos estudos da argumentação, tentando aliar os principais elementos da retórica aristotélica a uma visão atualizada do assunto. No plano geral, a argumentação é vista como busca da persuasão de um auditório pelo orador. Deste modo, é a representação do alocutário que constitui o modo de o locutor argumentar, formando um processo enunciativo.

Os trabalhos de tal autor visam revalorizar a Retórica Antiga, inserindo-a no quadro mais geral de uma teoria da argumentação.

Assim, segundo Perelman (1987), *"a teoria da argumentação, concebida como uma Nova Retórica, cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere"*. Argumentar é

forneer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese. Uma teoria da argumentação, na sua concepção moderna, vem assim retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos Gregos e dos Romanos, concebida como a arte de bem falar, ou seja, a arte de falar de modo a persuadir e a convencer.(PERELMAN, 1987, p. 234)

Das várias condições que, segundo Perelman, qualquer argumentação implica, citemos as seguintes: ela é situada, insere-se num determinado contexto, dirige-se a um auditório determinado; o orador, pelo seu discurso, visa exercer uma ação de persuasão sobre o auditório; os auditores devem estar dispostos a escutar, a sofrer a ação do orador; querer persuadir implica a renúncia, pelo orador, a dar ordens ao auditório, procurando antes a sua

adesão intelectual; essa adesão nada tem a ver com a verdade ou a falsidade das teses que o orador procura defender, mas antes com o seu poder argumentativo; argumentar implica, finalmente, pressupor que é tão possível defender uma tese como a sua contrária.

A argumentação não se restringiu somente às teorias de Perelman, e sim se tornou novamente objeto de análise dos linguistas nas diversas áreas da Linguística, sendo elas: Linguística Textual, Análise do Discurso, Pragmática, Análise da Conversação, Semântica Argumentativa, entre outras. Para a análise proposta integraremos conceitos dessas duas últimas áreas que dialogam e contribuem uma para com a outra.

2 A argumentatividade da língua

Como nosso objetivo é analisar o discurso da presidente Dilma Rousseff em entrevista dada no Programa do Jô, em 12 de junho de 2015, integrando conceitos da Análise da Conversação e da Semântica Argumentativa, faz-se necessário pontuar que:

1) Por se tratar de uma entrevista, em que o discurso é parcialmente planejado e produzido localmente, ou seja, temos um texto oral em questão, bem como suas particularidades, a Análise da Conversação, com seus conceitos de turno, interação locutor/alocutário, etc. traz subsídios relevantes para essa análise;

2) Por se tratar de um discurso político, ou seja, a argumentação se faz presente em cada pergunta e resposta, neste caso, por ser uma entrevista, buscamos, na Semântica Argumentativa, as bases para alicerçar a análise e ilustrar recursos linguísticos usados pela presidente que orientam o(s) interlocutor(es) a determinada conclusão favorável a seu governo.

3) Por fim, como a Análise da Conversação mobiliza o conceito de marcadores discursivos e a Semântica Argumentativa, o de operadores argumentativos, analisaremos tais recursos linguísticos no discurso da presidente, mostrando como os mesmos orientam tal discurso a determinadas conclusões. Por mais que sejam recursos linguísticos com particularidades em cada área, percebemos que tanto os marcadores como os operadores contribuem de forma semelhante no processo argumentativo.

Assim discorreremos, antes de nossa análise, sobre conceitos da Semântica Argumentativa e, posteriormente, da Análise da Conversação.

2.1 Semântica argumentativa

Segundo Koch (2002), o texto tornou-se o objeto central de diversas tendências da linguística moderna, como a Análise do Discurso – que, com base nos textos, buscava identificar nele marcas de um sujeito psicológico, o discurso subjacente, a ideologia presente, etc. - a Linguística Textual – que busca analisar nos textos os processos de referenciação/sequenciação calcados no conhecimento de mundo do produtor e receptor do texto - e a Semântica Argumentativa – que busca no texto marcas linguísticas que orientam argumentativamente o interlocutor do texto.

esta última, preocupada com a macrossintaxe do discurso, postula uma pragmática integrada à descrição linguística, isto é, como um nível intermediário entre o sintático e o semântico, considerando, portanto, os três níveis como indissolivelmente integrados. Em decorrência, postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua. (KOCH, 2002, p.19)

Nessa área de análise linguística, destaca-se Ducrot², que defende uma perspectiva integrada da Pragmática, pretendendo conciliar a perspectiva pragmática com a língua. Assim, Ducrot recusa claramente a distinção entre Semântica e Pragmática, entre o sentido do enunciado e a intenção da enunciação.

Tal autor sustenta que o sentido de um enunciado deve ser entendido como função de combinações possíveis desse enunciado com outros enunciados da língua, isto é, como função de sua orientação argumentativa.

Para o estudioso, o ato linguístico fundamental é o ato de argumentar, o de orientar outrem, por meio de palavras, a determinada conclusão, fazendo com que o falante, por meio da língua, apareça orientando seu interlocutor a determinada conclusão. O locutor, nessa teoria, não tem nenhuma realidade psicológica, mas sim puramente semântica determinada pelo sentido do enunciado, portanto linguisticamente constituída. Deste modo, compreender uma enunciação é apreender essas marcas deixadas pela língua.

Segundo Ducrot (1987), entender o sentido de um enunciado como o “retrato” de sua enunciação é admitir que ele implica (mostra) o modo como aquilo que se diz é dito, ou seja, tanto a sua força ilocucionária, como o futuro discursivo que, a partir dele, se abre às conclusões para as quais ele se apresenta como argumento.

² O uso da fase inicial dos estudos de Ducrot, juntamente com Ascombe, sobre a Semântica Argumentativa tem sua pertinência para o artigo em questão, mas deve-se frisar que, desde 1992, e de forma cada vez mais clara e totalmente assumida atualmente, Ducrot, juntamente com Carel afirmam o oposto do trecho e assumem claramente a distinção entre Semântica e Pragmática, conforme se averigua na extensa publicação desses autores.

Desse modo, a língua é dotada de argumentatividade e é permitido negar a existência do discurso neutro. Como apresenta Koch (1981, p.173), *“se todo enunciado aponta para determinadas conclusões, não há discurso ingênuo, descomprometido; por detrás dele, existe sempre uma ideologia, ainda que a da objetividade”*.

Daí postula-se a existência de um ato ilocucionário fundamental – o de argumentação – que estará subjacente a outros atos de linguagem.

Até o final da década de 80, argumentar, para Ducrot, significa apresentar A em favor da conclusão C, apresentar A como devendo levar o destinatário a concluir C. Daí decorre a necessidade de incluir na descrição semântica das frases as indicações relativas à sua orientação argumentativa.

Ducrot (1987) e Guimarães (1987) afirmam que a argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, ao contrário, está inscrito na própria língua. Desse modo, o uso da linguagem é inerentemente argumentativo.

Nessa concepção, a própria gramática de uma língua é reconhecida também pelo seu valor retórico ou argumentativo.

Dentro desse quadro, considera-se a argumentação como uma questão linguística, não derivada de condições de verdade ou de seu caráter lógico, mas sim inserida na concepção de enunciação, orientando argumentativamente conteúdos semânticos marcados por regularidades linguísticas.

Segundo Ducrot (1981), orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C, ou seja, orientar argumentativamente é dar A como uma razão para se crer em C.

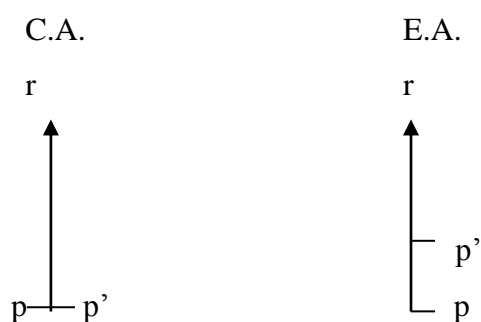
Assim, Ducrot (1981) desenvolve os conceitos de classe (C.A.) e escala argumentativas (E.A.).

A noção de classe argumentativa (C.A.) surge quando um locutor – entendido como sujeito falante inserido numa situação de discurso particular – coloca dois enunciados p e p' na classe argumentativa determinada por um enunciado r, se ele acredita que p e p' são argumentos a favor de r.

Suponhamos, por exemplo, que a vinda de Pedro e Paulo me parecem, tanto uma quanto a outra, autorizar a conclusão 'A reunião foi um sucesso'. Neste caso, dir-se-á que os enunciados 'Pedro veio e Paulo veio' pertence à classe argumentativa determinada por 'A reunião foi um sucesso'.(DUCROT, 1981, p.180)

Assim, os dois argumentos p e p' de igual força argumentam para uma mesma conclusão r .

No entanto, se um locutor coloca p e p' na C.A. determinada por r , sendo p' um argumento superior a p em relação a r , comportando tal relação de ordem/importância, então se tem uma escala argumentativa (E.A.). Exemplificando, dizer que “Paulo quer ser prefeito e mesmo presidente”, pressupõe-se que certa conclusão (Paulo é ambicioso) pode ser autorizada por esses dois títulos simultaneamente, e mais pelo segundo que pelo primeiro devido ao operador *mesmo* e o conceito da palavra *presidente*, que denota cargo de maior prestígio político. Podemos exemplificar as relações entre os argumentos p e p' na classe argumentativa e na escala argumentativa com o esquema abaixo, conforme Ducrot (1981, p.181):



Com essa breve explanação sobre a Semântica Argumentativa, podemos verificar como a própria estrutura linguística e os sentidos dos enunciados trazem marcas que orientam a determinadas conclusões e constituem o ato linguístico fundamental de argumentar. Portanto, para esse trabalho, os conceitos de classe e escala argumentativa, bem como os operadores argumentativos que são acionados pela estrutura linguística, são de extrema relevância.

2.2 Análise da conversação

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), a vocação comunicativa da linguagem verbal se dá pelo exercício da fala, que: 1) implica normalmente uma alocação, ou seja, a existência de um destinatário fisicamente distinto de um falante (o monólogo prolongado é admitido nos teatros, mas não se vê geralmente proscrito em sociedade); 2) implica ainda uma interlocução, ou seja, uma “troca de palavras”, ou melhor dizendo, uma troca de turnos (a comunicação oral face a face, na qual, pelo menos, dois falantes se exprimem, cada qual em seu turno; 3)

implica uma interação, ou seja, os diferentes participantes, ao longo do processo comunicativo, exercem uns sobre os outros uma rede de influências mútuas. Assim, falar é trocar e mudar na troca, ou seja, os papéis de falante e ouvinte vão se alternando e se modificando na interação verbal.

Em suma, na interação face a face, o discurso é inteiramente “co-produzido”, é o produto de um “trabalho colaborativo” incessante.

Marcuschi (2006, p. 15) explica que o objeto da Análise da Conversação são os processos conversacionais, focados na prática do dia-a-dia do ser humano. Para o autor, a conversação seria “*uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum*”. Por conta disso, focam-se nas conversações ditas naturais e em elementos não apenas verbais, mas entonacionais, paralinguísticos e contextuais. Assim, são elementos característicos da conversação as cinco práticas constitutivas de sua organização:

- (a) interação entre pelo menos dois falantes
- (b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- (c) presença de uma sequência de ações coordenadas;
- (d) execução em uma identidade temporal;
- (e) envolvimento numa interação ‘centrada’. (MARCUSCHI, 2006, p.15)

Observa-se que, para tal autor, sua proposta de estudo é voltada para os atos interlocutórios da fala, pois é apenas no espaço da co-presença física que é possível a execução da identidade temporal. Vemos assim que, em princípio, a Análise da Conversação é vocacionada para o estudo da co-produção discursiva dos atos interlocutórios, do diálogo e da linguagem em ação.

Nesse processo de co-produção discursiva, pensando especificamente no discurso argumentativo, além de troca de turnos, atenuação da fala, preservação da face, temos os marcadores discursivos, que ora são marcas de interação pela linguagem, ora são elementos que orientam o discurso.

Esses marcadores são elementos que ligam as unidades comunicativas em uma conversação, que auxiliam no andamento da conversação, indicando contexto, direcionamento, troca de turnos e etc.

Para Urbano (1993), os marcadores discursivos são elementos típicos da fala, de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomatidade e significação discursivo-interacional. Mas não integram propriamente o conteúdo cognitivo do texto. São, na realidade, elementos que ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado,

especialmente dentro do enfoque conversacional. Nesse sentido, funcionam como articuladores não só das unidades cognitivo-informativas do texto, como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, em seus aspectos interacionais e pragmáticos. Em outras palavras, são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal.

Para Galembeck (1997), as características essenciais dos marcadores discursivos são:

- Assinalar as relações interpessoais e o envolvimento entre os interlocutores;
- Situar o tópico ou o assunto da conversação no contexto partilhado pelos interlocutores e no contexto pessoal de cada um deles;
- Articular e estruturar as unidades da cadeia linguística.(GALEMBECK, 1997, p.831)

Said Ali (*apud* URBANO,1993), já em 1931, denominava tais elementos, cujas funções foram descritas acima, como “expressões de situação”, apontando suas características principais:

- Trata-se de palavras, expressões ou frases típicas da língua falada e, em particular, da conversação espontânea;
- Parecem, mas não são, descartáveis, discursivamente falando;
- São alheias, talvez à parte informativa;
- Funcionam como expressões das intenções conversacionais do falante;
- São determinadas pelas situações face a face dos interlocutores. (URBANO, 1993, p. 86)

Já as gramáticas normativas atuais caracterizam esse grupo de palavras como não pertencente a nenhuma classe gramatical por justamente não desempenharem funções característica de dada classe, agrupando-as assim sob a classificação pouco esclarecedora de “palavras denotativas”.

Por fim, para Castilho (2000), os marcadores discursivos exercem uma função comum e ampla: a função textual, ou seja, todos eles organizam o texto. Todavia, essa função geral comporta duas funções mais específicas: a função interpessoal e a função ideacional, às quais correspondem dois tipos de marcadores: os marcadores interpessoais e os marcadores ideacionais. Os primeiros servem para administrar os turnos conversacionais enquanto que os segundos são acionados pelos falantes para negociação do tema e do seu desenvolvimento.

Com esse breve arcabouço teórico, partiremos para análise dos excertos retirados da já mencionada entrevista com a presidente Dilma Rouseff, pontuando que a análise proposta

integra os níveis sintático, semântico e pragmático para compreensão dos processos argumentativos utilizados pela presidente.

3 Análise dos dados

Faz-se necessário esclarecer que a entrevista teve duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos e que, para esse trabalho, foram selecionadas duas perguntas com suas respostas, que mais ilustram os processos argumentativos utilizados pela presidente, envolvendo estrutura sintática e mecanismos semântico-pragmáticos. As respostas da presidente não serão fragmentadas para se efetivar a análise, pois assim é possível perceber a construção argumentativa por completo.

Segue a primeira pergunta e resposta abaixo, referindo-se ao cumprimento das promessas de campanha da presidente:

Fragmento 1:

Jô Soares: Presidente, como você enfrenta a acusação da oposição de não ter cumprido algumas das promessas de campanha?

Dilma Roussef: Ô...Ô...Jô...como eu...estou no quarto...não...no quinto já...né...já tenho o quinto completo...tô entrando no sexto mês...de mandato...é muito difícil dizer que eu não cumpri minhas promessas de campanhas...eu tenho um mandato para cumpri-las...quais são minhas promessas de campanha?...a minha promessa de campanha é...fazer o Brasil crescer...e continuar a política de distribuição de renda e...investimento em infraestrutura...veja bem Jô...nós precisamos de fazer...ajustes fiscais...por que nós precisamos de fazer ajustes fiscais?...o mundo está no sétimo ano da crise...e...se você olhar...nem os Estados Unidos nem a Europa...muito menos a China...saíram da crise...a China inclusive entrou...nos últimos dois anos...que que nós fizemos diante da crise...que começou lá em 2008?...nós utilizamos... TUdo que podíamos ...e o que nós utilizamos?...nós utilizamos o orçamento da união...o orçamento da união bancou...redução de imposto...abrimos mão de imposto...para impedir...que o desemprego... e a redução de salários...começassem lá atrás... em 2010, 11, 12, 13 e 14...depois...nós ampliamos o crédito...e aí...nós financiamos...bens de con...bens de capital com juros baixos...financiamos...é...também...o consumo das pessoas...financiamos

segmentos...econômicos...investimento em infraestrutura...tudo com juros mais baixos...e TUDO...a custas...às custas...do tesouro...além disso...se você for ver as desonerações...não só desoneramos...bens de capital...mas desoneramos a cesta básica...a cesta básica hoje no Brasil está inteiramente desonerada...ou seja...ninguém paga imposto...por precisar de consumir os produtos essenciais...para a sua...sobrevivência...além disso...nós tivemos uma série de políticas pra beneficiar...assegurar que o país continuasse crescendo...bom...nós esgotamos TUDO que podíamos...a crise durou MAIS do que a gente esperava...além disso...no Brasil...nós passamos pela pior seca dos últimos tempos(...)

Para iniciar a análise, é interessante ressaltar que, após alguns comentários genéricos sobre a experiência na prisão da presidente em tempos de ditadura militar, suas vivências e apreço pela leitura, a pergunta acima foi a primeira da entrevista a tratar das críticas ao governo da então presidente. Percebe-se que, no início da resposta, a presidente se utiliza de estratégias de planejamento verbal, buscando como iniciar sua resposta e introduzir posteriormente dados que confirmem que ela está sim buscando melhorias ao país. Segue o trecho que mais ilustra esse planejamento do discurso:

“Ô...Ô...Jô...como eu...estou no quarto...não...no quinto já...né...já tenho o quinto completo...tô entrando no sexto mês...de mandato...é muito difícil dizer que eu não cumpri minhas promessas de campanhas...eu tenho um mandato para cumpri-las...”

As marcas desse planejamento são de ordem linguística e não-linguística. Para o primeiro caso, temos o marcador Ô, repetido por duas vezes. Já, como marcador não-linguístico, temos vários momentos de pausa que refletem a busca por melhores palavras, sentenças, ou seja, argumentos para seu discurso.

A partir dessa introdução, tendo já organizado mentalmente seu discurso, a presidente faz uso de perguntas retóricas, ou seja, perguntas para as quais ela mesma detém as respostas, ela mesma irá respondê-las, como artifício para chamar a atenção do entrevistador e, muitos mais, de seus interlocutores telespectadores. Assim a estratégia argumentativa, nesse caso, é o envolvimento do ouvinte para que este preste atenção nos questionamentos que ela faz - representando os questionamentos da população -, mas preste muito mais atenção em sua resposta enquanto presidente, justificando que vem cumprindo suas promessas e vem buscando o melhor para o país.

As perguntas utilizadas pela presidente foram: 1) “*quais são minhas promessas de campanha?*”, 2) “*por que nós precisamos de fazer ajustes fiscais?*”, 3) “*que que nós fizemos diante da crise...que começou lá em 2008?*” e 4) “*e o que nós utilizamos?*”. Somente nesse fragmento da primeira resposta, encontramos quatro perguntas retóricas, que chamam a atenção do ouvinte e organizam o discurso político. Tal estratégia é recorrente nas respostas da presidente, bem como o paralelismo estabelecido entre os argumentos, ou melhor, enumerações das ações de seu governo.

Esse paralelismo, pensando sob a perspectiva da Semântica Argumentativa, forma uma classe argumentativa, como explicado anteriormente nesse trabalho. Quando os argumentos são organizados numa classe argumentativa, eles apresentam a mesma força argumentativa para o discurso, não havendo a importância maior de um sobre os outros. Verificamos a construção em paralelismo organizada semanticamente numa classe argumentativa nas respostas da primeira e da quarta pergunta retórica da presidente. Assim podemos afirmar que todos os argumentos utilizados por ela contribuem para a conclusão de que a presidência vem buscando melhorar e investir no país, como representado abaixo:

Pergunta 1: “*quais são minhas promessas de campanha?*”

Classe Argumentativa: - *a minha promessa de campanha é...fazer o Brasil crescer*
- *...e continuar a política de distribuição de renda...*
- *investimento em infraestrutura...*

Pergunta 4: “*e o que nós utilizamos?*”

Classe Argumentativa: - *...nós utilizamos o orçamento da união...o orçamento da união bancou...redução de imposto...abrimos mão de imposto...para impedir...que o desemprego... e a redução de salários...começassem lá atrás... em 2010, 11, 12, 13 e 14...*
- *depois...nós ampliamos o crédito...*
- *e aí...nós financiamos...bens de con...bens de capital com juros baixos...*
- *financiamos...é...também...o consumo das pessoas...*
- *financiamos segmentos...econômicos...*
- *investimento em infraestrutura...tudo com juros mais baixos...e TUDO...a custas...às custas...do tesouro...*
- *além disso...se você for ver as desonerações...não só desoneramos...bens de capital...mas desoneramos a cesta básica...a cesta básica hoje no*

Brasil está inteiramente desonerada...ou seja...ninguém paga imposto...por precisar de consumir os produtos essenciais...para a sua...sobrevivência...

-além disso...nós tivemos uma série de políticas pra beneficiar...assegurar que o país continuasse crescendo...

Percebemos nitidamente que os argumentos somados não estabelecem uma escala de importância, mas sim uma classe argumentativa em que todos têm mesmo valor e direcionam para a mesma conclusão de que o governo prioriza o bem da nação, investe em infraestrutura, melhora a economia e a qualidade de vida dos cidadãos.

Também devemos pontuar os usos de alguns marcadores discursivos/operadores argumentativos (Análise da Conversação e Semântica Argumentativa, respectivamente) que sequenciam os argumentos elencados pela presidente numa relação de adição, sendo eles *e*, *aí*, *depois* e *além disso*.

Somente para a segunda pergunta é estabelecida uma escala argumentativa, em que, como explicado anteriormente, alguns argumentos têm valor argumentativo maior para orientar a determinada conclusão. Tal valor argumentativo é marcado na língua pelos operadores argumentativos, de acordo com a Semântica Argumentativa, como veremos e analisaremos abaixo. Observe:

Pergunta 2: “*por que nós precisamos de fazer ajustes fiscais?*”

Escala Argumentativa: + *o mundo está no sétimo ano da crise;*

++ *.nemos Estados Unidos nem a Europa*

+++ *...muito menos a China...saíram da crise...*

++++ *a China inclusive entrou...nos últimos dois anos...*”

Como verificamos, os operadores argumentativos *nem*, *muito menos* e *inclusive* vão intensificando a força dos argumentos elencados pela presidente. Assim, o primeiro argumento que justifica o Brasil estar em crise é “o mundo está no sétimo ano da crise”, porém as justificativas de maior força argumentativa seguem com os operadores *nem*, *muito menos* e *inclusive*, nessa ordem respectivamente, quando a presidente exemplifica que potências econômicas como Estados Unidos, Europa e China estão em crise e que inclusive a China entrou em crise nos últimos dois anos, deixando o pressuposto de que o Brasil não é diferente dessas potências econômicas e que está ainda em vantagem, pois só entrou em crise nesse ano de 2015, após várias tentativas do governo de driblar a crise mundial. Fica clara a

gradação crescente da força argumentativa dos argumentos levantados pela presidente, ilustrada pelo símbolo +, sendo o argumento “a China *inclusive* entrou...nos últimos dois anos...” o de maior força argumentativa, por isso representado por ++++.

Outro aspecto relevante a ressaltar é o fato de, devido a presidente fornecer uma longa resposta à pergunta do entrevistador Jô Soares, ela precisa, em alguns momentos da entrevista, chamar a atenção do ouvinte – ali representado pelo entrevistador – por meio dos marcadores discursivos “Ô...Ô...Jô” e “Veja bem Jô”, que, nesse caso, são de interação verbal e de envolvimento do ouvinte, chamando sua atenção para os argumentos/justificativas para determinadas atitudes tomadas pelo governo, na tentativa de convencimento/persuasão típica do discurso político.

Finalizando a análise desse fragmento, observemos o seguinte trecho:

“(...)e TUDO³ ...a custas...às custas...do tesouro...além disso...se você for ver as desonerações...não só desoneramos...bens de capital...mas desoneramos a cesta básica...a cesta básica hoje no Brasil está inteiramente desonerada...ou seja...ninguém paga imposto...por precisar de consumir os produtos essenciais...para a sua...sobrevivência...além disso...nós tivemos uma série de políticas pra beneficiar...assegurar que o país continuasse crescendo...bom...nós esgotamos TUDO que podíamos...a crise durou MAIS do que a gente esperava...além disso...(...)”

Percebemos que as palavras que intensificam ou generalizam são pronunciadas com maior entonação, representando também uma estratégia argumentativa importante, pois traz como pressuposto, tanto em relação ao sentido das palavras *tudo* e *mais* quanto ao contexto de uso e entonação, que a presidência não mediu esforços para driblar a crise, ou seja, evitar que ela atingisse o Brasil. Assim, com esse trecho, fica evidente que a estrutura linguística representada por tais palavras, bem como o sentido e contexto de uso das mesmas, estão interligados na constituição da significação plena do discurso.

Passemos ao fragmento 2:

³ As sílabas ou palavras em caixa alta indicam maior entonação do locutor.

Fragmento 2:

Jô Soares: Ah...outra coisa...como você responde às pessoas...que dizem que...no tempo do Mantega...você comandava a economia e agora...quem comanda...é o Levi?...eu tenho uma resposta para isso...mas preciso que você dê a sua.

Dilma Rousseff: A minha é a seguinte...eu acho que...aí...há uma visão ...é...absolutamente ...incorreta...tanto a respeito do Mantega...como do Levi...ambos são Ministros da Fazenda...ambos comandam a economia...porque...a...idéia de ter um Ministro da Fazenda...é que um presidente...não pode...ao mesmo tempo...comandar...a Educação...a Cultura...a...o Desenvolvimento Econômico...a Fazenda...o Planejamento...então...quem comanda essas áreas...são os ministros...é inviável comandar...um presidente...ele pode orientar...e ele deve orientar...mas quem toca o dia-a-dia...e quem resolve os problemas imediatos...quem procura soluções...muitas vezes inclusive pode chegar...e falar...o que...presidente...o que você acha? Você acha assim? Você acha assado? como é que você quer que seja a condução? Isso é...é normal...agora...é ...é impossível...é não conhecer...como é que funciona um governo

Jô Soares[uma estrutura

Dilma Rousseff[achar que é assim que se dão as coisas.

Iniciamos essa análise, mostrando que, como a presidente discordará da visão das pessoas que fizeram tal crítica, ela se utiliza de um marcador de opinião representado pela expressão *Eu acho que*, uma vez que está levantado hipótese para o fato de muitas pessoas acreditarem que tenha sido ela a pessoa que comandava a Economia na gestão de Mantega no Ministério da Fazenda e que agora seja Levi, o próprio ministro de tal Ministério, a comandar a Economia do país. Utilizando do marcador discursivo *Eu acho que*, a presidente, além de demonstrar sua opinião, pontua seu ponto de vista de um modo enunciativo menos agressivo, podendo ainda deixar ilustrado que não há certeza plena em sua resposta, atenuando a força ilocutória de seus argumentos, prevenindo-se assim de reações desfavoráveis do seu interlocutores. Portanto, essa única expressão *Eu acho que*, nesse contexto, configura-se como um marcador discursivo de opinião, mas também como uma mecanismo de atenuação do discurso e preservação da face.

Nesse fragmento ainda a presidente utiliza-se, para encadear seus argumentos, dois marcadores discursivos de valor ideacional, sendo eles *então* e *mas*.

Para Galembeck, os marcadores discursivos de valor ideacional

são representados por algumas conjunções e advérbios (e, mas, então, além disso, agora, aliás), que funcionam como elementos de coesão entre os turnos da conversação e, ademais, dão continuidade ao tópico em andamento ou introduzem um novo tópico.(GALEMBECK, 1997:837-838)

Para a Semântica Argumentativa, *então* *em* assão operadores argumentativos, ou seja, marcas linguísticas que orientam a determinada conclusão presente na língua.

Observando o fragmento, analisaremos primeiramente o seguinte trecho:

“(...)um presidente...não pode...ao mesmo tempo...comandar...a Educação...a Cultura...a...o Desenvolvimento Econômico...a Fazenda...o Planejamento...então...quem comanda essas áreas...são os ministros (...)”

Tem-se uma conclusão lógica no plano epistêmico, semelhante a proposições do tipo *se p então q*. Tal conclusão, como estratégia argumentativa é válida, pois impede contra-argumentações, sendo impossível, no plano do discurso, discordar do pressuposto estabelecido de que é necessário delegar tarefas quando não se pode comandar tudo.

O mesmo pressuposto é repetido em seguida pelo trecho abaixo que ilustra o uso *demas*.

“(...)é inviável comandar...um presidente...ele pode orientar...e ele deve orientar...mas quem toca o dia-a-dia...e quem resolve os problemas imediatos...quem procura soluções...muitas vezes inclusive pode chegar...e falar...o que...presidente...o que você acha? Você acha assim? Você acha assado? como é que você quer que seja a condução? Isso é...é normal...agora...é impossível...é não conhecer...como é que funciona um governo

Jô Soares[*uma estrutura*

Dilma Rousseff[*achar que é assim que se dão as coisas.*”

Além de estabelecer o mesmo pressuposto do fragmento anterior, *mas* aciona a oposição entre as ações de *orientar*, delegadas à presidente, e as ações típicas dos ministros, tais como *tocar o dia a dia*, *resolver problemas imediatos* e *procurar soluções*. Além disso, *mas* também carrega a relação implícita de A portanto C, mostrando que é compreensível que o presidente de uma nação não deva se envolver diretamente com a rotina e encaminhamentos

de seus ministérios e que são os ministros responsáveis por resolver/envolver-se diretamente com as questões de seus ministérios. Assim a argumentação da presidente, por duas vezes, com marcadores discursivos diferentes, tenta deixar claro que ela não pode comandar tudo e que delega tarefas aos seus ministros, ou seja, que nem todos os problemas do país são causados por ela enquanto presidente, pois algumas ações e soluções são tomadas pelos ministros.

Considerações finais

Com essa breve análise, esperou-se não só exemplificar uma análise linguística que integrasse os níveis sintático, semântico e pragmático, mas também mostrar um diálogo possível entre Semântica Argumentativa e Análise da Conversação, representando Semântica e Pragmática, respectivamente.

Percebemos que a argumentação se constrói no texto pelas marcas linguísticas, adquirindo sentidos no discurso e muito mais no contexto de uso da língua. Os níveis linguísticos se imbricam, sendo impossível delimitá-los. O sintático constrói o semântico e este adquire sentido pleno no uso da língua.

Nessa análise, as estratégias argumentativas utilizadas pela presidente provavelmente não foram meticulosamente estruturadas em cada resposta, pois, devido à situação ser uma entrevista, em que o discurso é planejado localmente, a presidente não teria tempo hábil para tal planejamento. As estratégias utilizadas por ela lhe foram naturais, fluidas, uma vez que a presidente já domina o discurso político. Desse modo, como já afirmado anteriormente, argumentar é mesmo o ato fundamental da língua.

Referências

ALI, M. S. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 8. ed. rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931/2001.

ARISTÓTELES: **Vida e obra**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1970.

CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Dom Quixote, 1974.

DUCROT, O. **Provar e Dizer**: linguagem e lógica. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GALEMBECK, P. de T.; CARVALHO; K.A.. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo. **Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo)** São Paulo, 1997, p. 830-848.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**. Princípios e Métodos. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

KOCH, I. G. V. **Aspectos da argumentação em língua portuguesa**. 1981. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica PUC-SP, São Paulo, 1981.

_____. **Argumentação e Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L.A. **Análise da Conversação**. São Paulo, Editora Ática, 2006.

PERELMAN, Chaim. Argumentação. In: **Enciclopédia Einaudi**, Volume 11, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, p. 234 - 236.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.) **Análise de textos orais**. São Paulo : FFLCHUSP, 1993, p.81-101.

Data de recebimento: 30 de junho de 2016.

Data de aceite: 05 de setembro de 2016.